



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV**  
**LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**JIOMARQUES MOREIRA BARBOSA**

**MEMÓRIAS QUILOMBOLAS: A LUTA PELO AUTO RECONHECIMENTO**  
**QUILOMBOLA DE ALTO DO CAPIM – QUIXABEIRA/BA, 2000-2012.**

**JACOBINA**  
**2018**

**JIOMARQUES MOREIRA BARBOSA**

**MEMÓRIAS QUILOMBOLAS: A LUTA PELO AUTO RECONHECIMENTO  
QUILOMBOLA DE ALTO DO CAPIM – QUIXABEIRA/BA, 2000-2012.**

Monografia apresentada ao Curso História da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Professora Mestra Cinthia Nolácio de Almeida Maia.

**JACOBINA**

**2018**

**JIOMARQUES MOREIRA BARBOSA**

**MEMÓRIAS QUILOMBOLAS: A LUTA PELO AUTO RECONHECIMENTO  
QUILOMBOLA DE ALTO DO CAPIM – QUIXABEIRA/BA, 2000-2012.**

Monografia apresentada ao Curso História da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

APROVADA EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA

---

CINTHIA NOLÁCIO DE ALMEIDA MAIA  
Professora Mestra Orientadora  
UNEB

---

CAROLINE SANTOS SILVA  
Doutora em História  
UFSC

---

MARIA AURÉLIA SARMENTO  
Mestra em Educação  
UFRN

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente a Deus, fonte de inspiração. A todas as outras forças a abaixo de Deus e a minha família, as minhas irmãs em especial Girleide Moreira Barbosa, Girlene Moreira Barbosa, que acreditaram em mim, ajudando com conselhos e material escolar no Ensino Fundamental e Médio, em memória a minha mãe Edelzuita Moreira Santos e minha irmã mais velha Elma Moreira Santos.

Ao companheiro Luis Lima, que foi um grande parceiro nos momentos mais difíceis na minha jornada acadêmica, que parecia interminável, porém compreensível, das madrugadas sem dormir.

A todos meus amigos, os mais próximos e os de viagem a caminho para UNEB de Capim Grosso à Jacobina diariamente.

A todos os meus professores, desde o Ensino Fundamental, Médio e do Ensino Superior. Pessoas incríveis que contribuíram diretamente para minha formação profissional, em especial a minha professora de Estágio III e IV, Cinthia Nolácio de Almeida Maia.

Por fim, meus colegas de curso, companheira de momentos de nervosismo e alegria dentro do Campus IV, pessoas essas que vão ficar em minhas memórias.

## RESUMO

Esta pesquisa fez parte do trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus IV. A referida pesquisa teve como foco o auto reconhecimento quilombola de Alto do Capim, Quixabeira-Ba, 2000-2012. Os objetivos foram analisar o reconhecimento quilombola de Alto do Capim, descrevendo as estratégias usadas pela população, assim como as leis que beneficiou os resultados. Este estudo foi possível graças aos depoimentos dos moradores e alguns documentos escritos como: termo de compra e venda da Fazenda Passagem, título de certificação de comunidade quilombola e atas da associação dos moradores. Para a realização dos resultados durante os estudos, utilizei o Método da História Oral, fiz uso de bibliografias como: *Memórias e Sociedade, as lembranças dos mais velhos* de Ecléia Bossi; *Tentando aprender um pouquinho, algumas reflexões sobre a ética na história oral* de Alessandro Portelli. Para o esboço teórico, consultei a obra *Memórias Coletivas*, de Maurício Halbwachs. A monografia divide-se em três capítulos, tendo o primeiro capítulo o enfoque teórico trazendo as teorias que trabalhamos durante a pesquisa, no segundo capítulo localizei o espaço da comunidade, relacionando as memórias, o processo de titulação e metodologia e, no terceiro capítulo apresento a vivência da comunidade pós reconhecimento. Dessa forma, a pesquisa fez-nos entender o processo de titulação através das narrativas dos moradores além de conhecer a realidade desta comunidade.

**Palavras-chave:** Quilombo. Comunidade. Reconhecimento.

## **ABSTRACT**

This research was part of the graduation course in History of the University of Bahia - UNEB / Campus IV. This research focused on the self-recognition Quilombola of Alto do Capim, Quixabeira-Ba, et al. The objectives were to analyze the Quilombola reconnaissance of Alto do Capim, describing the strategies used by the population, as well as the laws that benefited the results. This study was made possible thanks to the residents' testimonies and some written documents such as the purchase and sale of Fazenda Passagem, certification title of quilombola community and minutes of the residents' association. For the accomplishment of the results during the studies, I used the Oral History Method, I made use of bibliographies like: *Memories and Society*, the memories of the oldest of Ecléia Bossi; *Trying to learn a little*, some thoughts on the ethics in the oral history of Alessandro Portelli. For the theoretical outline, I consulted the *Collective Memories*, by Maurice Halbwachs. The monograph is divided into three chapters. The first chapter has a theoretical focus, bringing the theories we worked on during the research. In the second chapter, I located the community space, relating the memories, the titling process and methodology. In the third chapter I present the experience of the community after recognition. In this way, the research made us understand the process of titling through the narratives of the residents as well as knowing the reality of this community.

**Key-words:** Quilombo. Community. Recognition.

## **LISTA DE SIGLAS**

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CF – Constituição Federal

CNACNRQ - Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras  
Rurais Quilombolas

DAP – Documento de Aptidão ao PRONAF

DOU – Diário Oficial da União

FCP – Fundação Cultural Palmares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERBA - Instituto de Terras da Bahia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO I - QUILOMBOS E SUA FORMAÇÃO AO LONGO DO TEMPO</b> .....	14
1.1 Comunidades Quilombolas no Brasil .....	17
1.2 A presença negra e de quilombos no interior da Bahia .....	21
1.3 A Fazenda Passagem: Resquícios da comunidade de Alto do Capim .....	23
<b>CAPÍTULO II - A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ALTO DO CAPIM, QUIXABEIRA-BA</b> .....	30
2.1 Como surgiu a comunidade de Alto do Capim .....	33
2.2 Fundação do povoado de Alto do Capim .....	34
2.3 O processo de reconhecimento .....	35
<b>CAPÍTULO III – ALTO DO CAPIM PÓS RECONHECIMENTO</b> .....	41
3.1 A visão dos moradores.....	46
3.2 Agricultura em Alto do Capim .....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	48
<b>FONTES</b> .....	50
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51
<b>ANEXOS</b> .....	54

## INTRODUÇÃO

Em um cenário marcado pela desigualdade, analisei como ocorreu o processo de titulação quilombola da comunidade de Alto do Capim no município de Quixabeira-Ba, através das narrativas dos moradores.

O interesse em pesquisar o tema, surgiu com as vivências em Quixabeira e adjacências. Nesse período, ouvia constantemente das pessoas comentários a respeito do povoado Alto do Capim, isso despertou a minha atenção. Durante as conversas de rua e nas casas vizinhas, ouvia palavras de cunho preconceituoso e racista em relação aos habitantes do povoado. Durante a pesquisa, tive a oportunidade de aproximação com a comunidade, com seus moradores vivenciei o cotidiano, percebi as relações existentes entre as pessoas.

O povoado de Alto do Capim pertence ao município de Quixabeira - BA no território de Identidade da Bacia do Jacuípe, distante da sede do município nove quilômetros de estrada vicinal. Próximo às margens da Barragem do Jacuípe e vizinho do povoado de Maracujá pertencente ao município de Serrolândia. Alto do Capim, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2010 tem sua população estimada em 700 habitantes, a maioria negra, sobrevivendo da agricultura familiar, em alguns casos extraíndo o coco do licurí para vender nas feiras livres, confeccionam artesanatos feitos de palhas de licurí, cipó e barro.

A pesquisa que segue, trata do processo de titulação de Alto do Capim, que apesar de ser considerada como pobre, carrega algumas questões de descaso pelo poder público, isso foi evidenciado pelos relatos dos próprios moradores que sempre sofreram com o preconceito, porém, com o reconhecimento, se tornaram mais visíveis.

Durante a pesquisa, ouvimos e interpretamos as memórias existentes no povoado, sobre o passado e as marcas de um povo que soube lidar com as críticas e o preconceito, se tornando forte, demonstrando resistência. Apesar das dificuldades durante as buscas do reconhecimento, não deixaram se abater pelos contratempos que enfrentaram durante o processo em questão.

Nas primeiras ideias sobre o trabalho em Alto do Capim, pretendia fazer uma trajetória da escrava Nazara e da comunidade, porém, durante as visitas e

conversas com algumas pessoas, fui percebendo que a existência de documentos escritos sobre Nazara e os demais descendentes de ex-escravizados na localidade era muito escassa, tornando a pesquisa inviável. Dos poucos documentos escritos que tenho conhecimento, existem dois contratos de compra e venda de partes da antiga Fazenda Passagem, nos quais identifico que foi comprada pelos senhores Januário Ferreira Nunes e Basílio Lima, depois de adquirirem parte dessas terras, deram outros nomes para as fazendas que agora se dividiram em duas: Fazenda Calombi e Fazenda Barriguda, essa última existe o topônimo até os dias atuais.

Com o passar do tempo, observei que não conseguiria trabalhar apenas com dois documentos escritos, devido à escassez dos mesmos, decidi trabalhar com a memória, o que tornara a pesquisa em curso possível. Assim sendo, organizei um cronograma de visitas, elencando as pessoas que tinham parentesco com a escrava Nazara e seu filhos, depois outra etapa foi feita com pessoas da comunidade em geral, a fim de ouvir e ter várias formas de contar sobre o passado do povoado.

Assim, dei início à pesquisa no dia 17 de maio de 2015, a primeira visita e entrevista se deu com a moradora Lucila Moura Santos, representante local, para que me informasse sobre a realidade da localidade, questionando sobre o tema quilombo, no começo ela fez questão de dizer que é descendente da escrava Nazara e que tem orgulho de ser negra em morar na comunidade. Prosseguindo, ela diz que a região tinha grandes fazendas, que por sinal, até hoje ainda existe as ruínas das mesmas, que segundo ela, foram construídos pelos índios e negros.

Também observei as paisagens e o cotidiano da comunidade, registrei em fotografias as imagens de algumas fazendas próximas, como também os afazeres das pessoas, chamou-me a atenção que algumas delas realizavam a atividade da quebra do licurí, outras guiando carroças de tração animal, atividades que em outras localidades do município se encontram esquecidas.

Para dar início ao trabalho de campo, recorri à metodologia da História Oral. Utilizei as entrevistas, depoimentos e relatos dos moradores que ouvi durante o período da pesquisa, mas, para que essas entrevistas fossem realizadas, procurei aproximação com a comunidade no intuito de criar laços e conseguir que eles conversassem à vontade perdendo a timidez. O período que eles levaram para se acostumar com a ideia de serem ouvidos, fotografados e filmados foi durante as visitas feitas na localidade. Não fiz uso do recurso de filmagem como fonte de pesquisa, será um registro de arquivo.

As entrevistas foram realizadas no período de 17 de setembro de 2016 a 25 de fevereiro de 2017, procurando me aproximar do método da história oral, a fim de que as fontes que estavam sendo produzidas sejam condizentes com a veracidade, o cuidado que o pesquisador da memória e oralidade deve ter é intenso, com cuidado, ficando atento para as inverdades.

Nos primeiros depoimentos, entrevistei pessoas que elenquei no cronograma, seguindo o que pré-estabeleci em minhas visitas na comunidade. Essas pessoas em geral, não foram identificadas a que parentescos pertenciam, segundo os questionários por mim elaborados, descobri que alguns não se consideravam negros, porém, mantém uma relação de perto com a comunidade negra. Pude identificar que a maioria é ligada por laços de parentescos, conforme eles confirmaram, são descendentes diretos e indiretos da escrava que chegou à região, que é considerada como a primeira moradora. Outros não souberam informar a que origem pertence, afirmando que seus pais “toda vida” moraram lá.

Os objetivos desta pesquisa é analisar o reconhecimento quilombola de Alto do Capim, as estratégias usadas pela população envolvida no processo de reconhecimento, além, de perpassar no contexto histórico que essa localidade vivenciou, como também procuro entender o processo pelo qual a comunidade passou para obter o título de comunidade quilombola, analisar os meios que os moradores usaram para conquistar o reconhecimento e como fizeram. No processo metodológico utilizado neste trabalho, destaco o uso de depoimentos das pessoas moradoras e procuro explorar o que elas conhecem sobre os seus antepassados. Saliento que os pesquisadores que se dispõem a trabalhar com os quilombos, muitos se deparam com uma questão: a falta de documentos escritos condizentes com o passado daquelas pessoas, porém, na comunidade pesquisada, não se sabe exatamente o motivo da não existência desses documentos que deveriam estar com seus parentes, suponho que a falta de conhecimento fez com que esses não os guardassem ou por terem dificuldades em ir até um cartório em épocas anteriores, para fazer a segunda via de um documento e terem os registros em seu domínio.

Conforme menciono, nas primeiras entrevistas foram ouvidas pessoas da comunidade em geral. Pretendia saber como era a ideia de pertencimento dos moradores, como também, se eles conheciam algo sobre seu passado e da localidade, sobre as pessoas mais velhas. Consegui ouvir por unanimidade que

conhecem e mencionam ainda que a grande maioria é parente e disseram que todos vieram de uma mesma família.

Para dar maiores entendimentos às questões que circundam sobre a temática quilombola, debruicei-me em leituras pertinentes com a pesquisa como, por exemplo: o artigo 68 da Legislação Brasileira de 1988<sup>1</sup>, o Decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de nº 4.887<sup>2</sup>, de 20 de novembro de 2003. Como apoio fundamental para a pesquisa, utilizo as seguintes obras *Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola*<sup>3</sup>, de José Maurício Arutti, *Os Novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)*<sup>4</sup> de Adelmir Fiabani e *Cafundó a África no Brasil*<sup>5</sup> de Carlos Vogt e Peter Fry.

Essas leituras possibilitaram entender o contexto do processo de formação quilombola, como também as questões recorrentes, as dificuldades que as comunidades quilombolas encontram para conquistar seus espaços e ao longo do tempo foram marcadas por descasos e lutas constantes pelo reconhecimento de suas terras e seu lugar, travavam uma batalha quase sem fim, até que conseguiram a titulação como Comunidades Quilombolas.

Outras bibliografias utilizadas para apoio da pesquisa foram: *Memória e Sociedade às Lembranças dos Mais Velhos*<sup>6</sup> de Ecléa Bossi e *Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral*<sup>7</sup> de Alessandro Portelli. Essas obras foram utilizadas como forma de instrução do método da pesquisa, possibilitando o trabalho com as entrevistas. Para o esboço teórico, recorri à obra *Memórias Coletivas*<sup>8</sup> de Maurício Halbwachs, assim, consigo dar procedimento na pesquisa em questão.

---

<sup>1</sup> BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

<sup>2</sup>BRASIL. Decreto Presidencial nº 4.887. Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)

<sup>3</sup>ARRUTI, José Maurício Paiva Antunes. *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru – SP. Edusc, 2006.

<sup>4</sup>FIBIANI, Adelmir. *Novos Quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)*. 1ª Edição. Palmas: Nagô Editora, 2015.

<sup>5</sup>VOGT, Carlos. FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

<sup>6</sup>BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>7</sup>PORTELLI, Alessandro. *Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. Projeto História. São Paulo, 1997.

<sup>8</sup>HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

A monografia divide-se em: primeiro capítulo, que enfocarei a parte teórica que rege esta pesquisa, trazendo os teóricos que serão trabalhados durante a construção do estudo em questão. Abordei em forma de conceitos o que é quilombo e tracei uma trajetória das comunidades ao longo do tempo, como o percurso que fizeram para conseguir resistir e atravessar o tempo, mostrando sua força. Para isso, utilizarei fontes bibliográficas que me possibilitaram conhecer a história dos quilombos em diversos períodos do Brasil.

O segundo capítulo tratei da localização espacial da comunidade estudada, além de abordar questões relacionadas à memória, processo de titulação e o processo metodológico que foi empregado para coletar e fazer as entrevistas conseguidas com os moradores, os períodos de visitas e as etapas que foram seguidas para realizar este procedimento. Utilizei fotografias, gravador e analisei as falas dos moradores da comunidade.

No terceiro capítulo, foi reservado para descrever a comunidade em questão, tratarei sob reconhecimento e comunidade em geral, levantando questões como: O ser negro, a origem dos moradores e a cultura que eles praticam.

## CAPÍTULO I

### QUILOMBOS E SUA FORMAÇÃO AO LONGO DO TEMPO

No Brasil, a expressão quilombo, mocambo ou terra de pretos, foi utilizada no período colonial para designar a junção de negros que fugiam de fazendas, escapando das capturas do capitão do mato.<sup>9</sup> Nesse período, o rei de Portugal passou a considerar quilombo quantidades de negros a partir de cinco, por mais que não tivessem encontrado resquícios de construção de casas ou pilões, todas essas formas de junção de negros eram combatidas. Intensificou-se a caça a quilombos em várias partes do Brasil, era dever dos capitães do mato capturar e entregar para seus donos, com a exigência que não os matassem nem os espancasse.

De acordo com Kabenguele Munanga,<sup>10</sup> a palavra quilombo<sup>11</sup> é originária do Bantu, língua falada pelo povo Ovibundo, isso era para seguir o tipo de instituição militar existente na República Dominicana do Congo da época.<sup>12</sup> Como afirma Clóvis Moura em *Quilombos Resistência ao Escravismo*,<sup>13</sup> quilombo, segundo definição do rei de Portugal em resposta à consulta do Conselho Ultramarino datada de 1740, era “[...] toda habitação de negros fugidos que passa de cinco em parte despovoada ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele”.<sup>14</sup> Dessa forma, no Brasil como em outras partes da América onde existiu o escravismo moderno, existiram ajuntamentos de negros fugidos e se proliferaram como sinal de protesto às condições desumanas a qual estavam sujeitos.

No Brasil, se torna sinônimo de núcleo de escravos fugitivos que procuravam abrigo em locais de difícil acesso para neles construírem padrões africanos de organização social. Gomes mostra uma definição bem pouco vista do que possa ser quilombo, esse foi um ancestral do que vem a ser os quilombos que conhecemos. Sugeriu analisar a ocorrência de mocambos como movimentos milenares que

<sup>9</sup> REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 9.

<sup>10</sup> MUNANGA, Kabenguele. *Os Basanga Shana: Grupo Étnico do Zaire*. Col. Antropologia. Revista USP, 1986

<sup>11</sup> KILOMBO é originária do Bantu, língua falada pelo povo Ovibundo.

<sup>12</sup> Idem, p. 61.

<sup>13</sup> MOURA, Clóvis. *Quilombos resistência ao escravismo*. Editora Ática. São Paulo: 1993

<sup>14</sup> Idem, p. 12.

produziram migrações partindo da Bahia em direção a Pernambuco. No início do século XVII, o termo “santidade” também era utilizado na correspondência oficial para descrever as comunidades de fugitivos, indígenas e africanos, que viviam em idolatrias.<sup>15</sup> Em conformidade com as ideias do autor, os termos “mocambos” e “santidade” muitos vezes aparecem juntos. Por isso, o historiador sugeriu que as santidades foram “verdadeiras ancestrais” de mocambos e quilombos no Brasil.

Durante o período colonial e imperial, no território brasileiro viu-se aparecer quilombos por todas as partes, onde existiu trabalho escravo havia a formação de quilombos, seja no sistema de *plantation*, mineração e nos núcleos urbanos existentes no período, principalmente nas cidades Salvador e Rio de Janeiro, sendo recorrente na historiografia mencionar a formação de comunidades de fugitivos aos arredores das cidades ou em qualquer lugar que havia concentração de trabalho escravo.<sup>16</sup>

No Brasil, o quilombismo marcou presença durante todo o período escravista se expandindo por todo o território. À medida que o escravismo aparecia e se espalhava, havia a negação como sistema de autonomia básica desse tipo de sociedade.

A expansão dos quilombos tomava conta do território brasileiro de norte a sul. Eram recorrentes as denúncias feitas por administradores de fazendas e de pessoas que se viam assaltadas por negros fugitivos que se aquilombavam nos arredores das fazendas. Essa forma de fugir e se aglomerar, seja nos centros urbanos, matas fechadas era o jeito que eles encontravam para se rebelarem contra o sistema escravocrata. No mocambo, os fugitivos encontravam o que mais se aproximava da liberdade, já que não aceitavam sua condição de escravo. De acordo com Moura “Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou o escravismo brasileiro em todo o território nacional”.<sup>17</sup>

Como forma de reunir e lutar contra a escravidão, existia entre os quilombolas uma espécie de solidariedade, pois todos lutavam contra o mesmo sistema de

---

<sup>15</sup> GOMES, 2011, p. 31 apud Alaide Metcalf, p. 40.

<sup>16</sup> SOUZA, Laura Oliveira de. *Quilombos: Identidade e história*. 1. Ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. P. 17.

<sup>17</sup> MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. Editora Ática. São Paulo: 1992. P. 23.

escravidão ao qual estavam submetidos, se fazia presente em todos os lugares, é o que afirma Moura, os quilombos eram uma praga espalhada por todos os cantos e sem remédio. Eram como irmãos coligados todos em se tratando de defender o sertão, de sorte que não pudessem penetrar nem mais aventureiros nem descobridores.<sup>18</sup>

A ideia de expansão é defendida por Flávio José dos Santos Gomes em *A Hidra e os pântanos: Mocambos quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil*.<sup>19</sup> O aparecimento de quilombos por todas as partes do Brasil foi inevitável, pois era grande a quantidade da população negra, em alguns lugares chegaram a ser 80% da população, os quilombos apareciam, por mais que as autoridades impedissem e controlassem. Por isso que o autor faz comparação do surgimento dos quilombos com Hidra de Lerna, personagem da mitologia grega que ao cortar umas de suas cabeças apareciam duas no lugar.<sup>20</sup>

Do surgimento de quilombos no Brasil não se sabe exatamente a data exata, volto a afirmar, que durante o período colonial e imperial, houve diversas formações de comunidades de negros fugitivos, é o que afirma também Adelmir Fiabani em *Novos Quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil 1988 a 2008*.<sup>21</sup> Não se tem notícias exatas das primeiras formações de quilombos, mas há registros de quilombos desde o período colonial, prosseguindo ao longo do tempo. Reforçando o processo de surgimento de mocambos por vários autores já mencionados neste capítulo, mostra que ao longo da história o aparecimento das comunidades de quilombolas atravessou o tempo e resistiu às condições que os senhores de escravos os impuseram, e que não aceitavam essa condição.

Durante o século XVIII e XIX, o sertão era constituído por grandes fazendas que demandava o trabalho escravo. No Oeste Baiano a população de negros formava um dos mais conhecidos quilombos da Bahia, o Quilombo de Rio das Rãs. René Marc da Costa Silva em seu texto *Identidade, Territorialidade e Futuro das Comunidades Rurais Negras do Brasil*,<sup>22</sup> conta como os escravos se organizaram para se manterem e produzir nessas terras, e como acontecia a reconstrução de

---

<sup>18</sup> MOURA, 1992, p. 5.

<sup>19</sup> GOMES, Flávio José dos Santos. *A Hidra e os pântanos: Mocambos, quilombos, e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVIII-XIX)*. São Paulo: ed. Polis 2005.

<sup>20</sup> Idem, p. 35.

<sup>21</sup> FIBIANI, 2015.

<sup>22</sup> SILVA, René Marc da Costa. *Identidade, Territorialidade e Futuro das Comunidades Rurais Negras do Brasil*. Brasília a. 43 n. 170 abr./jun. 2006. P. 143-158.

novos quilombos, haja vista que sempre eram expulsos de suas terras, e tinham que sair a procura de terras em locais mais distantes. Foi com lutas e resistências que essas pessoas conseguiram adquirir direitos sobre as suas terras.

Obras de autores como João José Reis e Flávio Gomes em *Liberdade por um fio, história dos quilombos no Brasil*<sup>23</sup> e Kátia Matoso Queiroz em *Ser escravo no Brasil*,<sup>24</sup> que relatam das condições dos negros e de situações de conflitos com seus senhores e como os escravos faziam para se manter, muitos fugiam formando diversos quilombos em várias partes da Colônia. Sendo essas condições da população negra no Brasil, com destaque para os povos remanescentes de quilombolas.

Após a libertação dos escravos, essa população não teve o reparo merecido por parte do governo da época e ficaram à mercê da sorte, foi neste contexto que começou a existir a luta pela terra. Trabalharam quase toda a vida em terras alheias e não tiveram direito sobre ela para trabalharem e tirar o seu sustento, foram poucos os que conseguiram uma porção de terra, e os que conseguiram foi devido à afinidade com seus senhores. Os ex-escravos que não conseguiram terras, saíram sem rumo pelo Brasil a fora e juntaram-se em quilombos em terras distantes de fazendas e cidades, após morarem anos nessas terras, era bastante comum os negros serem expulsos das mesmas.

## 1.1 Comunidades de quilombolas no Brasil

Durante o período colonial e imperial brasileiro, a formação dos quilombos em várias partes do território foi um percalço para os poderes locais e a quem os interessava. Foram muitas tentativas de extinguir essas comunidades que resistiram a todas as formas de repressão. Uma das formas de combate mais conhecidas foram às expedições, que eram frentes formadas por exércitos compostos por um contingente diversificado, do branco pobre livre, mulato e uma pequena quantidade de negros, algumas expedições davam preferência em ter uma quantidade

---

<sup>23</sup> REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>24</sup> MATOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. Tradução James Amado- São Paulo: brasiliense, 2003.

significativa de índios em suas tropas. É sabido que utilizavam do conhecimento que os negros e os índios possuíam sobre a geografia do lugar, como também eram conhecedores das estratégias que os fugitivos usavam para não serem encontrados pelas tropas<sup>25</sup>.

O quilombo mais conhecido e provavelmente o mais pesquisado é o quilombo dos Palmares, localizado entre Alagoas e Pernambuco, os primeiros fugitivos que se encontravam no quilombo data-se de 1597. Palmares se tornou referência para os quilombos existentes no Brasil, seja pela sua grandiosidade ou importância histórica, não é por acaso que as pessoas quando escutam falar em quilombo logo vem em sua mente à referência a Palmares. É notório que também fazem uma ligação com seu papel de lutas e resistência, pela motivação que seus líderes deram ao que conhecemos como movimentos de luta e resistência. Conforme salienta Gomes<sup>26</sup>:

No Brasil colonial Palmares foi a maior comunidade de fugitivos datando de 1597, a primeira referência a ela localizada entre Alagoas e Pernambuco estabeleceu-se no coração da coroa portuguesa do Império Português no Atlântico Sul- expressão que designa a vasta área atlântica entre Europa, América do Sul e África, onde portugueses tiveram mais colônias.<sup>27</sup>

O maior quilombo que já existiu em terras brasileira teve papel fundamental no que se refere à resistência. Há relatos que foram diversas expedições para destruir o que se chamaria de domínio dentro da colônia portuguesa, pois, seu sistema já estava bem organizado, uma sociedade bem formada. Menciona-se que Palmares era composto por diversos pequenos mocambos e o principal se encontrava no centro, servia como uma espécie de conjunto administrativo para líderes e seus próximos, que controlavam toda a economia local, que mantinham laços comerciais com outros lugares.

Segundo Gomes, em 1602, partiu talvez a primeira expedição contra Palmares, sob a determinação do governador geral Diogo Botelho, sob o comando do oficial português Bartolomeu Bezerra, foram atacados alguns mocambos.<sup>28</sup> Não sabemos quantas outras expedições foram enviadas nesses primeiros tempos. Para

---

<sup>25</sup>A tropa é um tipo de unidade militar, tipicamente fazendo parte da organização da cavalaria dos exércitos de alguns países. Conforme o país, a tropa é equivalente ao pelotão ou à companhia das outras armas. Normalmente, duas ou mais tropas formam um esquadrão.

<sup>26</sup> GOMES, Flávio José dos Santos. *De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social*. 1º ed.- São Paulo: Claro Enigma, 2011.

<sup>27</sup> Idem, p. 13.

<sup>28</sup> Idem, p. 17.

sustentar a ideia que havia uma rede de trocas por bens de consumo como farinha, carne e mantimentos, houve quem garantisse que pequenos lavradores e mascates mantinham contato com alguns mocambos e mesmo os visitavam visando estabelecer relações comerciais com a população.

Outros quilombos do território brasileiro deixaram sem sossego os senhores escravocratas e a população de brancos ricos. No Rio de Janeiro existiram muitos quilombos aos redores da cidade, é o que ressalta a obra *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*<sup>29</sup>, organizada por João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. Segundo Gomes, em toda região de Iguazú existiam quilombos, pois, a região era lugar onde havia as fazendas de engenho, e existiam matas fechadas, bem propícias para serem usadas como refúgio de negros, formando muito quilombos.

Gomes menciona ainda, que o chefe de polícia da corte informou o Ministério da Justiça da existência de grandes quilombos entre Sapuí e o Rio de Janeiro, Iguazú e outros lugares. Em abril do mesmo ano, um fazendeiro próximo ao rio Sapuí, Doutor Jacinto José da Silva Quintão, queixou-se as autoridades da corte sobre a existência de quilombos naquele lugar, reclamando contra os fugitivos que assaltavam constantemente seus barcos carregados de telhas e outras embarcações que transportavam produtos e mantimentos de diversos fazendeiros aos arredores.

Assim como na Bahia e no Rio de Janeiro, em Minas Gerais do século XVIII, os quilombos constituíram umas das mais completas e complexas formas de reação à escravidão. Para que se tenha uma ideia de sua participação na dinâmica social, basta lembrar que para o período, entre os anos de 1710 e 1798, Carlos Magno Guimarães<sup>30</sup> ressalta que para muitos, os quilombos foram isolados, lugares onde não faziam contatos, mas existiam os quilombos que não seguiam essa ideia, pois, “Os quilombos em Minas Gerais não existiam isolados, em geral os escravos não fugiam para muito longe das comunidades mineradoras e urbanizadas”.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> REIS, João José e GOMES, Flávio Santos. *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. 2012, 1ª Edição – SP. Editora Claro Enigma.

<sup>30</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno. *Mineração, quilombos e Palmares – Minas Gerais do século XVIII*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 139-163.

<sup>31</sup> Idem, p. 187.

Devido às estratégias, os quilombos poderiam ser isolados, em muitos casos itinerantes, pois as ideias desses fugitivos eram de não serem capturados e buscavam ser livres. Já nos casos dos quilombos de Minas Gerais e regiões mineradoras e urbanizadas, seria bem provável que os negros queriam permanecer ali, assim, teriam facilidades de se misturar em meio aos escravos libertos e tornar difícil sua recaptura.

Goiás não diferiu muito das outras regiões brasileiras. Segundo Mary Karasch<sup>32</sup>, os quilombolas que foram identificados por meio de documentação e tradições locais, data em grande parte do século XVIII, embora alguns continuassem a existir no século XIX e uns poucos permaneceram isolados até o século XX. Goiás, pela sua geografia, é favorável a formação de quilombos, como também a sua área vasta, que fazia com que os refúgios fossem frequentemente utilizados.

O último fator favorecendo a formação de quilombos era o tipo de terreno dos estados de Goiás e Tocantins. Embora muitas regiões do Brasil oferecessem refúgios ideais para os quilombos, a capitania de Goiás de ser considerada entre as melhores para esse fim, pela inacessibilidade de seus esconderijos.<sup>33</sup>

Os mocambos do baixo Amazonas têm suas origens em Pacoval. De início eram cativos de uma fazenda de médio porte, longe de seus parentes do Sudeste se sentiam isolados e não aceitavam as formas de tratamento dadas por sua dona, que muitas vezes eram castigados em excesso. Conseguiram fugir e adentrar as matas fechadas. Foram várias tentativas de recaptura, cada vez mais os negros adentravam mais a mata, conheceram os segredos e os perigos que a selva oferecia, aprenderam a lidar com os perigos oferecidos pelas matas e a sobreviver na selva. A última tentativa das tropas de Alenquer conseguiu capturar os mocambeiros, em interrogatório alguns chegaram a revelar que nasceram na mata, e que não conheciam seu senhor.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> KARASCH, Mary. *Os quilombos do ouro na capitania de Goiás*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 240-262.

<sup>33</sup> Idem, p. 278.

<sup>34</sup> FUNES, Euripedes. "NASI NAS MATAS, NUNCA TIVE SENHOR" *Histórias e memórias dos mocambos do Baixo Amazonas*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 470.

## 1.2 A Presença negra e de quilombos no interior da Bahia

A presença negra no interior da Bahia dar-se-á com as primeiras fazendas que foram criadas. Na caatinga, região de longas secas e difícil acesso, tornou-se ainda mais complicada a existência de moradias e moradores, as fazendas eram poucas e existia a distância entre elas, assim como a distância, a situação econômica não ajudava, eram poucos fazendeiros que dispunham da presença de escravos em sua propriedade, os que possuíam era peças entorno de duas ou três, a região era bem diferente das demais, dos donos das minas e dos senhores de engenho no recôncavo.

Essas condições não favoreciam a permanência do negro no sertão. Tendo como conveniência ser um laico cuidador de gado, pelas estradas viam-se muitos negros serem transportados para as regiões das minas, como a região de Jacobina que no século aurífero, presenciou a chegada de muitos negros trazidos para a região a fim de explorar o ouro, logo, se tem notícias de formação de quilombos em torno de Jacobina, assim também em Rio de Contas, região da Chapada Diamantina.

Outro fator era rara presença do negro em bandeiras. Contrastando com os negros, os índios eram maioria, havia bandeiras formadas basicamente por índios como conhecedores das matas e da vegetação da região, era um ponto a favor do desbravamento do interior da colônia. A região do São Francisco, distante do litoral, foi muito importante para os negros fugitivos, pois, usavam as estratégias ideais para as fugas por estarem longe do poder da colônia, vira-se obrigados a fazer suas próprias leis, terra de ninguém, uma região marcada pelo esquecimento e pobreza, os negros não tomaram conhecimento, se fizeram fortes e souberam usar esses pontos a seu favor.

Desse sertão de economia modesta, hábitos simples, a região mais característica da Bahia no primeiro século foi o São Francisco. Divorciado do litoral, desconheceu as suas misérias e as grandezas. É aí onde a riqueza existia, a lei também foi uma simples ficção, que os homens preferiam reeleger totalmente.<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> FILHO, Luis Viana. *O negro na Bahia - Um ensaio Clássico sobre a escravidão*. Salvador: EDUFBA: Fundação Gregório de Matos, 2008. p. 82.

Na Província da Bahia<sup>36</sup> existiam grandes fazendas de engenho, principalmente no recôncavo baiano, além de atividade que dependiam do trabalho escravo, isso tornou a Bahia localidade com grande população negra. Muitos quilombos nasceram da existência de fazendas de cana, ou através de doação de terras dos senhores para seus cativos. No interior, região mais distante e de difícil acesso, as comunidades de negros fugitivos passaram a existir devido às fugas para essas regiões de matas, montanhas e sertões a ermo.

[...] por estar muito associado a quilombo, o nome mocambo permitia com certa facilidade, propor um atalho interpretativo para o laudo que era solicitado. A própria designação atribuída e assumida pelo grupo parecia abrir um leito natural sobre o qual podíamos fazer correr as águas de alto atribuição, que levaria a precária embarcação do conceito operacional.<sup>37</sup>

O estado da Bahia possui muitas comunidades quilombolas, não menciono todas as obras que falam do tema, porém destaco o Quilombo do Rio das Rãs, comunidade existente no Centro Oeste baiano, localizada às margens do Rio São Francisco no atual município de Bom Jesus da Lapa, região de fronteira com Minas Gerais e Goiás.

Na localidade onde hoje se encontra o quilombo Rio das Rãs há indícios de que era um terreno de uma Igreja, terra de santo, terreno doado pela Igreja Nossa Senhora de Santana, e que por lá já existiam negros que realizavam trabalhos para os padres. Os documentos do INTERBA<sup>38</sup> reconhecem que não havia nenhuma fazenda nas proximidades, existem supostas informações que esses terrenos foram partes das fazendas em geral, terrenos do Estado. Portanto, são indícios da ocupação pelos negros no lugar.

Para João José Reis no texto *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806*,<sup>39</sup> o quilombo dos Oitizeiros se formou a partir de acoitamento<sup>40</sup> de escravos fugidos por pessoas livres e porsseiros da região, davam apoio em troca

---

<sup>36</sup>A Província da Bahia foi uma província do Reino do Brasil, e posteriormente do Império do Brasil, tendo sido criada em 28 de fevereiro de 1821 a partir da fusão da Capitania da Baía de Todos os Santos com a Capitania de Ilhéus e com a Capitania de Porto Seguro.

<sup>37</sup> ARRUTI, 2006. P. 197.

<sup>38</sup> INTERBA - Instituto de Terras da Bahia

<sup>39</sup> REIS, João José. *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 332-372.

<sup>40</sup> ACOITAMENTO - Ato de acoitar alguém ou alguma coisa.

de trabalho nas suas terras, antes de serem descobertos pelas tropas portuguesas, essa forma de acoitamento movimentou a economia da região, formada basicamente pela produção de farinha. Proliferou-se diversos pequenos mocambos próximos das fazendas, essa região se tornou propícia a formação de quilombos, por ter uma vegetação densa e recortada por rios que facilitava as fugas e escoação da produção de farinha.

### **1.3 A Fazenda Passagem: resquícios da comunidade quilombola de Alto do Capim**

A origem da comunidade quilombola de Alto do Capim está relacionada a estrutura social e econômica, pelo fato de que a mesma está inserida na região de Jacobina, emergiu a partir da colonização e povoamento de uma fazenda do sertão baiano.<sup>41</sup> O povoamento do interior da Bahia foi relevante e marcante pelo pioneirismo dos bandeirantes, especula-se que por volta de 1532, as bandeiras geralmente eram formadas por uma quantidade de 100 a 200 homens, tendo como ponto de partida o litoral para o interior adentro, com o objetivo de explorar as riquezas, criar vilas e marcar território, que mais tarde muitos se tornaram fazendas, como também tinha o intuito de dominar as populações indígenas muito presente na região.

É nesse contexto que se encontra a região das Jacobinas, passa a ser povoada, como afirma Jakeline Cruz<sup>42</sup> que “[...] com a descoberta do ouro em Jacobina no início do século XVIII, há um fluxo migratório bastante significativo, várias pessoas passaram a viver na região, atraídos pela descoberta do ouro [...]”.<sup>43</sup> Nesse trecho percebe-se que tanto a mineração como também a criação de gados nas extensões de Jacobina, impulsionou o aparecimento de povoações, aumentando o contingente populacional na região. Essas pessoas que migravam para a região eram indivíduos que não tinham uma vida boa, eram pobres e escravos fugitivos, passavam dificuldades no litoral, por sentir maus tratos, e muita falta de trabalho e alimentos, fugiam ou mudavam para o interior, buscando uma vida melhor ou

---

<sup>41</sup> VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*.

<sup>42</sup> CRUZ, Jakeline Silva da. *A trajetória da comunidade quilombola de Coqueiros e memória*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado da Bahia. Jacobina, Bahia.

<sup>43</sup> Idem, p. 20.

tentando enriquecer, tentado a sorte de encontrar ouro em meio aos trabalhos da mineração.

Outra forma de contribuição para o povoamento do interior baiano e das regiões das Jacobinas foi a criação de gado, pois existiram na região fazendas que tinham suma importância na produção de carne para a província, haja vista que pelo interior baiano, existia uma gama de estradas que cortavam a região, eram usadas como uma forma de encurtar caminhos. Muitas fazendas funcionavam como paradas para o descanso do gado, esses que vinham da atual região do estado do Piauí. Outro fator que contribuiu e muito foi a expansão da agricultura, a região foi uma das produtoras de farinha mais importantes para a colônia, visto que a farinha de mandioca fazia parte da base alimentar brasileira.

De acordo com Cruz, a região compreendida como as Jacobinas era um vasto território que pegava da região de Vitória da Conquista a atual região norte do estado.<sup>44</sup> Segundo Rafael Rodrigues Vieira Filho,<sup>45</sup> “Jacobina foi no Século XVIII um dos maiores municípios da província.”, as terras pertencentes à Jacobina até 1682, possuía um terreno extenso, abarcando o que é hoje vários municípios que na época eram apenas localidades e fazendas.<sup>46</sup> Durval Vieira de Aguiar em seu livro *A província da Bahia* diz que, tendo a vila florescido devido ao surto da mineração, elevou se a categoria de cidade pela Lei 2.049, de 28 de julho de 1880. Ainda assim, continuou administrando vários arraiais, em meio a esses se encontra o atual município de Serrolândia, ao qual a localidade da Fazenda Barriguda fazia parte. Neste contexto de fazendas e povoamentos do interior baiano, há um documento de compra e venda da fazenda passagem, que pertencia a região e continuou fazendo parte, esta fazenda originou uma povoação.

Com informações do documento de transmissão de propriedade<sup>47</sup>, consta que foi vendida ao senhor Bazilio Ferreira Nunes por uma quantia no valor de doze mil réis, uma propriedade de terra desmembrada da Fazenda Passagem à beira do Rio Jacuípe comprando aos senhores Francisco Félix Vallois Coutinho e David Afonso

---

<sup>44</sup> Idem, p.45.

<sup>45</sup>VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. p. 48.

<sup>46</sup> Idem, p. 47.

<sup>47</sup>Cópia de registro de imóveis de 1954. Documento das terras onde foi edificado o povoado de Alto do Capim. Cópia de transmissão de propriedade de 1877-1878. Documento das terras onde foi edificado o povoado de Alto do Capim.

da Mota. Essas terras faziam partes do Distrito da Vila de Itapeipú, beira do Rio Jacuípe com extremas seguintes: tendo início em um pé de baraúna, descendo rio a baixo até o Barbosa, com frente no mesmo Rio Jacuípe e com os fundos que tiver a mesma fazenda Passagem. Com afirma o depoente Sr. Nicanor Sousa Lima, 25/02/2017 “[...] Bazilio era daqui desse lado de Serra Preta, houve um problema com a família dele e com um dos filhos, aí ele teve que sair de lá da terra dele e veio pra cá, e comprou essas terras, e se instalou aqui.” Pelas lembranças de seu Nicanor Sousa Lima, e o que informa o documento de propriedade, a fazenda que dá lugar ao povoado começa a registrar os indícios de sua história nesse período. Já nos depoimento de Dona Maria Madalena de Jesus, uma das moradoras mais velhas do povoado e neta de escravos, a mesma contou-me sobre as terras da antiga fazenda, respondeu da seguinte forma: “Eu nem sei se tinha dono, se tinha algo marcado ou não, mais todos tinham seu terreninho e sua casinha, chegavam e faziam sem marcar, nesse tempo o terreno era ermo, ninguém sabia quem era o dono não.”

A história de Alto do Capim foi ressurgindo com informações da pouquíssima documentação existente, e em grande parte foi construída através dos depoimentos dos moradores, nesse sentido, Alessandro Portelli<sup>48</sup> afirma que:

[...] Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. [...]<sup>49</sup>

Dessa forma, segundo o documento de propriedade da terra e com o que diz os depoentes, a existência do lugar ainda como fazenda surge no século XIX, com a compra da fazenda por Bazilio Ferreira Nunes, nome que surge recorrida vezes pelas pessoas do povoado, sendo um dos primeiros moradores a se fixar nas terras.

Alto do Capim, segundo seus moradores, teve sua origem ainda como fazenda no ano de 1877. Segundo relatam os habitantes da localidade, a antiga fazenda era denominada de Fazenda Passagem que foi adquirida partes dessa propriedade pelo senhor Januário Rodrigues de Oliveira e Manoel de Oliveira

---

<sup>48</sup>PORTELLI, Alessandro. *Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. Projeto História. São Paulo, 1997.

<sup>49</sup> Idem, p. XX.

Santos, que a denominaram de Fazenda Calombí, e que mais tarde partes dessa nova fazenda se desmembra e ganha o nome de Fazenda Barriguda.

Como contam os moradores, chegou fugida para essa fazenda uma escrava por nome de Nazara, trazendo consigo uma filha e tiveram apoio do senhor Januário Rodrigues de Oliveira. Com o tempo o dono da fazenda compra a escrava mais velha, que presta serviço na fazenda a até a velhice. Pelas memórias das pessoas que moram no povoado ficaram as lembranças. Segundo o depoente Nicanor Sousa Lima, no dia 17/09/2016:

Olhe, aqui a consciência que temos foi que aqui tinha uma velha chamada de Nazara, foi pega por cachorros no mato, ela era escrava e veio para cá. Todos nós sabemos que somos descendentes de escravos. O que sabemos do lugar foi por causa dessa mulher. (Depoimento do Sr. Nicanor Souza Lima, 65 anos, morador, coletado em 17/09/2016).

No depoimento de Rosangela de Jesus, 29 anos, em 17/09/2017, “Foi levantando os fatos, e concluímos que ainda temos descendentes da escrava Nazara, a partir daí tomamos conhecimento da nossa história e a importância para todos.”. Na fala desses depoentes, percebem-se acontecimentos que se tornaram frequentes e que duraram desde o período do Brasil escravista e indo além da pós-abolição. Aconteceram às fugas de escravos e os maus tratos ou falta de empregos, devido a não tomarem providências sobre a realidade após a abolição, uma forma de rebeldia, persistiram e resistiram ao sistema, e não aceitaram a dominação senhorial.<sup>50</sup>

É o que afirma Walter Fraga Filho, “Não faltaram histórias de infelizes escravos que foram metidos em fornalhas ardentes, atirados em tachos de mel fervente, enterrados vivos, mortos no tronco ou no chicote.” Esses castigos eram aplicados em escravos rebeldes que não aceitavam as condições impostas, os tratamentos eram dessa forma. Nesse quesito das fugas Reis e Silva<sup>51</sup> dizem que:

[...] Fugir para a liberdade, em primeiro lugar, nunca foi tão fácil. A escravidão, como sabemos, não terminava nas porteiças de nenhuma fazenda em particular, mas fazia parte da lei geral da propriedade e, em termos amplos, da ordem socialmente aceita.[...] o grande obstáculo às fugas era a própria sociedade escravista, sua

---

<sup>50</sup> VIEIRA FILHO, 63

<sup>51</sup> SILVA, Eduardo. REIS, José. *NEGOCIAÇÃO E CONFLITO: A resistência Negra no Brasil Escravista*. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

forma de ser e de estar, sua percepção da realidade, seus valores, o que chamamos de paradigmas ideológicos colonial. O fenômeno pode ser verificado, de forma implícita, quando examinamos a verdadeira multidão de escravos soltos, sem qualquer vigilância, pelas ruas das cidades e de forma explícita, na sutilíssima percepção dos trabalhadores rurais, através de seus cantos. Aqui, sob tal paradigmas ideológicos, a sociedade se identifica enquanto gaiola tornando supérfluo o uso de correntes ao pé de cada passarinho[...]<sup>52</sup>

Desde o início da colonização, as motivações das fugas eram apenas mais uma forma de não aceitar a dominação dos senhores de escravos, algumas das pesquisas realizadas na região de Jacobina o historiador Vieira Filho<sup>53</sup> mostra que:

A documentação dos juízes municipais de Jacobina, até meados do século XIX, apresenta vários casos de escravizados tentando fuga como um caminho possível de conquistar a sonhada liberdade, e a região de Jacobina parece ser de grande atração para conseguir este intento.<sup>54</sup>

Nos depoimentos do Sr. Nicanor Sousa Lima e Dona Maria Madalena de Jesus torna-se evidente que com o passar do tempo a filha de Nazara casa e tem muito filhos, dizem que dezessete filhos, aumentando consideravelmente a população, supõem-se que essa foi uma das formas responsáveis pela povoação da Alto do Capim e região.

A presença de localidades ao redor do povoado que fazem parte do território quilombola, é sempre constante na memória da maioria dos moradores e dos depoentes que contaram sobre a escrava Nazara, que ela e a família foram os primeiros a adquirir uma pequena quantidade de terra, alguns dizem que foi doado pelos donos da antiga fazenda, e que a partir daí passaram a manter o vínculo com a terra. Como em outras comunidades quilombolas, foi através da terra que a população de Alto do Capim foi construindo sua história. Segundo Carmélia Miranda<sup>55</sup> “A história da terra construída pelo homem é sua principal história.”<sup>56</sup>

Dando ênfase a questão Miranda menciona Isabel Castro Henriques.

---

<sup>52</sup> Idem, p. XX.

<sup>53</sup> Idem, p. 63.

<sup>54</sup> Idem, p. 54

<sup>55</sup> MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. *Vestígios Recuperados: Experiências da Comunidade negra rural de Tijuaçu- BA*. São Paulo: Annablume, 2009.

<sup>56</sup> Idem, p. XX.

Identifica-se por isso através de relação que sustenta com a história, e que se exprime não só pela presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, outros provindos do imaginário do indivíduo e da sociedade. Assim os africanos definem sua identidade por meio de alguns suportes, entre os quais o fato de pertencer a uma família, a qual está integrada num clã, numa comunidade e numa nação.<sup>57</sup>

Então, o sentimento de pertencimento pode estar ligado não apenas a terra, mas a uma gama de elementos que interagem com os indivíduos e a sociedade, a família terá papel importante, é através dela que as pessoas criam os laços que os ligam a terra ao lugar.

A trajetória do povoado do ano de 1877 aos dias atuais é marcada por histórias fortes, que permaneceram na memória de seus moradores, como os mesmos contam que chegou nessa fazenda a negra Nazara, escrava fugitiva que se acoitou na localidade, e traz consigo uma filha com marido.

Olhe, aqui a consciência da gente foi que aqui tinha uma velha que se chamava Nazara, que todo mundo conheceu, que sabia que foi pega a dente de cachorros, viu! Era gente de escravos e aí chegou pra cá, então o pessoal foram se conscientizando e sabendo que eram realmente descendentes de quilombolas, foi por causa dessa mulher. E tinha outras pessoas como o pai da vereadora daqui, ele sabia contar muito bem a história de alguns que chegaram do passado pra cá, né?. (Depoimento do Sr. Nicanor Souza Lima, 65 anos, morador, coletado em 17/09/2016).

Assim, contam seus moradores que no ano de 1967 fundou o atual povoado. Para a existência deste povoado se reuniram como os moradores locais e avisaram o que queriam, em acordo com todos, começaram a construir as primeiras casas, alguns desses ideários de fundação do povoado doou uma quantidade de terrenos para que as pessoas construíssem suas casas.

Olhe aqui, foi assim, esse povoado meu pai que resolveu fundar, tinha essa Leonarda que é mãe de Madalena que moravam aqui, era ela com Madalena e um filho que chamava Davino, tinha só três casas nesse local, mais aqui fizeram um campo de bola e o pessoal jogava bola direto aqui. Depois meu pai que morava mais ou menos uma distância de quinhentos daqui, numa casinha ali em baixo, e resolveu fundar um povoado, falou com outro, e os dois fizeram a primeira casa aqui, a primeira casa como povoado foi meu pai que fez, em junho de 1967, a gente passou a morar aqui. Aí outros pessoal viu que estava começando um novo arraial e começaram vim

---

<sup>57</sup> Idem, p. XX.

pra cá, meu pai deu as terras para essas pessoas construírem as casas. (Depoimento do Sr. Nicanor Souza Lima, 65 anos, morador, coletado em 25/02/2017).

Durante anos, Alto do Capim, segundo conta seus moradores, foi tratado com indiferença. Em relatos, muitos dos moradores contam que sofreram e sofrem preconceito por serem negros, muitas vezes ouvem palavras que mencionam desprezo e preconceito. Para os moradores, a comunidade já teve momentos de descaso total do poder público, ficavam de lado, esquecidos, só lembrados em período eleitoral. Segundo a moradora Lucila Moura Santos, 47 anos (representante da comunidade) foi através de conversas das pessoas que frequentavam o povoado que ela ouviu mencionar que eles poderiam ser reconhecidos como quilombolas, as conversas passaram a ser mais frequentes, pessoas vinham realizar atividades acadêmicas no povoado, e sempre havia algo que não a deixava sossegada.

Partindo desse interesse que a mantinha curiosa no assunto, à mesma começa questionar os mais velhos, em suas conversas com eles, deu-se conta da história que eles tinham e se mantiveram sempre em atividade sobre o assunto.

Partindo desse ponto da pesquisa, localizo a Fazenda Passagem, que mais tarde vem a se tornar o atual povoado de Alto do Capim. Em documentos de compra e venda das terras, encontram-se algumas informações a respeito dos primeiros donos e depois da aquisição feita pelos senhores Januário e Basílio Ferreira Lima. Alto do Capim, segundo seus moradores, teve sua origem ainda como fazenda no ano de 1877. Segundo relatam os habitantes da localidade, a antiga fazenda era denominada de Fazenda Passagem que foi adquirida partes dessa propriedade pelo senhor Januário que a denominou de Fazenda Calombí, e que mais tarde partes dessa nova fazenda se desmembra e ganha o nome de Fazenda Barriguda, essa que faz presença ainda nos dias atuais.

## CAPÍTULO II

### A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ALTO DO CAPIM, QUIXABEIRA-BA

Nesta parte da pesquisa, apresentamos o processo de reconhecimento do povoado quilombola de Alto do Capim e a metodologia utilizada. Desta forma, apresentei os passos seguidos para efetivação do reconhecimento e titulação da presente comunidade, assim perpasso pelo passado da sua existência como fazenda e lugar de importância para as memórias dos habitantes nos dias atuais.

Para isso, inicialmente, foram feitas visitas na localidade com o intuito de reconhecer o espaço a ser estudado. Nesse momento da pesquisa participei de eventos realizados no povoado, como: Semana da Consciência Negra, Festejos dos Santos Reis e eventos realizados pela comunidade escolar. Esta prévia aproximação com o povoado foi importante para a pesquisa, pois possibilitou uma interação com os habitantes locais, para posteriormente adentrar com as entrevistas.

A estratégia de ouvir atores ou testemunhas de determinados acontecimentos ou conjunturas para melhor compreendê-los não é novidade. Heródoto, Tucides e Políbio, historiadores da Antiguidade já utilizavam esse procedimento para escrever os acontecimentos de sua época (ALBERTI, 2008, p.156).<sup>58</sup> As estratégias de ouvir testemunhas são utilizadas até os dias de hoje, foi à sequência dada durante o decorrer dessa pesquisa, os dados com as informações sobre Alto do Capim foram construídos basicamente com os depoimentos dos moradores do local.

Para Michel Pollak<sup>59</sup> a história oral nos obriga a levar ainda mais a sério a crítica das fontes. É na medida em que, através da história oral, a crítica das fontes torna-se imperiosa e aumenta a exigência técnica e metodológica. Tais recursos foram utilizados como meio para dar segmento ao trabalho. Sendo assim, foram realizadas entrevistas com alguns moradores, e estas gravadas e transcritas. Antes de começar os depoimentos, acontecia momentos de bate papo a fim de deixar todos à vontade, lembrando que nessas rodas de conversas foram aproveitadas muito do que se falavam. Foram nestas ocasiões que explorei muito o que os moradores tinham a dizer sobre os seus antepassados, conhecendo a realidade da

---

58

<sup>59</sup> POLLAK, Michel. *Memórias e identidade social*. Estudos Histórias vol. 2, 1989. P. 208.

comunidade, ouvindo o que eles tinham para contar, dando ênfase nas histórias dos mais velhos, o que eles contavam e o que permaneceu até os dias atuais.

Para as entrevistas foram elaboradas treze perguntas que tinham como propósito a compreensão de como aconteceu o processo de titulação e reconhecimento do povoado. As perguntas feitas para os entrevistados tinham a intenção de possibilitar respostas mais abrangentes, desta forma, aprofundando nas lutas e buscas vivenciadas por seus líderes, que em depoimentos mencionam que foi árduo o processo, pois tiveram que transitar entre as cidades de Salvador e Brasília, e assim os dias se tornavam cansativos, porém, nunca viram motivos para desistir de seus objetivos. Nas entrevistas dei maior enfoque para as falas dos que recorreram para conseguir a titulação, que conheceram bem a luta da comunidade e o percurso pelo seu reconhecimento.

Como pode ser visto, a metodologia usada nesta pesquisa foi à História Oral, buscando a partir disto, reavivar a memória da comunidade quilombola de Alto do Capim. Como afirma Kabenguele Munanga<sup>60</sup> o resgate da memória coletiva e da história de comunidade negra não interessa apenas a pessoas de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos cotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. Podendo constatar como é afirmado que ao lado da escrita, das datas de descrições de períodos, há correntes do passado que só desaparecem na aparência e que podem reviver numa rua, numa sala, em certas pessoas, como ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas. Há maneiras de tratar um doente, de arrumar as camas, de cultivar um jardim, de executar um trabalho de agulha, de preparar um alimento que obedece fielmente aos ditames de outrora.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> MUNANGA, Kabenguele. *Os Basanga Shana: Grupo Étnico do Zaire*. Col. Antropologia. Revista USP, 1986. P. 12.

<sup>61</sup> BOSSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1994. P. 16.

Compartilhado das ideias de Bossi<sup>62</sup> e Munanga<sup>63</sup> utilizei as entrevistas ouvindo as pessoas em seu cotidiano, para a construção da pesquisa em questão. É sabido por muitos da escassez de documentos escritos sobre comunidades quilombolas, é o que acontece também com Alto do Capim, na falta da documentação escrita ou por ter pouquíssimas, as mesmas podem ser uma forma de dar veracidade aos depoimentos coletados.

A História Oral ouve o cotidiano dos indivíduos, sendo uma das mais novas correntes históricas, ou melhor, passou a ser mais considerada a partir dos *Analles*, que com os vastos equipamentos existentes hoje para produzir a oralidade e se tornar cada vez mais precisa. Segundo Etienne François<sup>64</sup> no texto *A fecundidade da história oral*, a história oral é inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos dominados, os silenciados e aos excluídos da história. A história do cotidiano e da vida privada - numa ótica que é oposto da tradição francesa da história de vida cotidiana, a história local. De acordo com Jorge Eduardo Aceves Lozano<sup>65</sup>:

Abordar o fenômeno da oralidade vê-se diferente e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos humanos: O processo de comunicação e desenvolvimento da linguagem, a criação de parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humana.<sup>66</sup>

Segundo Maurice Halbwachs<sup>67</sup>, a memória coletiva é uma corrente de pensamento que é original, busca no passado coisas que estão no presente, com pretensão de servir na consciência do grupo ou comunidade interessada em querer saber o seu conhecimento, a memória coletiva reproduz de forma perfeita qualquer imagem do passado, mas a reconstrói, reelabora e reproduz segundo esta reconstrução.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existirem. Mas pode fazer sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo

---

<sup>62</sup>BOSSI, idem, 1994.

<sup>63</sup>MUNANGA, idem, 1986.

<sup>64</sup> FRANÇOIS, Etienne. *A fecundidade da história oral*. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV. 2002. P. 3-14.

<sup>65</sup> LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilo de pesquisa na história oral contemporânea*. In: M. Ferreira; J. Amado. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV. 2002. P. 15-26.

<sup>66</sup> Idem, p. 23.

<sup>67</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003. P. 208.

com palavras, signos, paisagem e telhas. Com as formas do campo e as ervas daninhas. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com tudo que pertence ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença e a atividade.<sup>68</sup>

Ao buscar e reconstruir o passado, a memória faz com que as pessoas revivam aquelas lembranças no presente, lembramo-nos de coisas que não lembrávamos antes a partir do momento que passamos a conversar em grupo. Ao partilhar todas essas lembranças, se juntam e reconstroem as lembranças, esse é um dos grandes favores que a memória pode ofertar às comunidades tradicionais.

A memória pode ser composta por grupos, a partir de vivências e experiências que são compartilhadas, ao tratarmos de memória e identidade de um povo que tem consciência de que são descendentes de pessoas que foram escravizados e tirados de suas terras contra sua vontade, precisam entender o contexto que vivem, podendo causar inquietação aos mais novos, precisando conhecer melhor o seu legado e as suas origens e o valor que ela traz.

Dessa forma, e com esses recursos semelhantes, fui construindo a história da comunidade de Alto do Capim através dos relatos dos moradores, procurando dar o máximo de fidedignidade nas entrevistas e relatos coletados para edificar a pesquisa em curso, começando a relatar sobre o que eles falam das origens do povoado, nos trechos que segue às narrativas com base nos contos dos moradores.

## **2.1 Como surgiu a comunidade de Alto do Capim**

Alto do Capim, segundo seus moradores, teve sua origem ainda como fazenda no ano de 1877, a antiga fazenda era denominada de Fazenda Passagem que foi adquirida partes dessa propriedade pelo senhor Januário que a denominou de Fazenda Calombí, e que mais tarde partes dessa nova fazenda se desmembra e ganha o nome de Fazenda Barriguda, essa que faz presença ainda nos dias atuais.<sup>69</sup>

A trajetória do povoado do ano de 1877 aos dias atuais é marcada por histórias fortes, que permaneceram na memória de seus moradores, a exemplo do

---

<sup>68</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP 1990. P. 540.

<sup>69</sup> SANTANA, Ailton de Araújo. LIMA, Crizalva Pereira. *Desafio Territorial do Alto do Capim: Quixabeira- BA: Auto reconhecimento, Identidade e titulação*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado da Bahia. Jacobina, Bahia. p. 1- 66.

que contam os moradores acerca da chegada nesta fazenda da negra Nazara, escrava fugitiva que se acoitou na localidade, e traz consigo uma filha com marido.

Desse modo, destaco o que fala o depoente Sr. Nicanor Souza sobre a possível chegada desta escrava, “Olhe, aqui a consciência da gente foi que aqui tinha uma velha que se chamava Nazara, que todo mundo conheceu, que sabia que foi pega a dente de cachorros, viu!” (Depoimento do Sr. Nicanor Souza Lima, 65 anos, morador, coletado em 17/09/2016). A senhora Rosangela de Jesus Sousa também relata em seu depoimento sobre a existência desta escrava nesta fazenda, como pode-se ver na sua fala em que a “[...] senhora Nazara era uma ex-escrava que aqui morou”.

A fala dos depoentes, acerca da fuga da escrava fornece indícios desse período de fugas que perdurou por todo período do Brasil escravista, persistindo alguns anos, e dando seguimento até o pós-abolicionismo, pois ficaram muitos ex-escravos a mercê da sorte, como também passou a existir no final da era muitas fugas de cativos como forma de resistência.

Sobre tais fugas segundo Luiza Volpato<sup>70</sup> afirma a fuga que sempre foi um dos mecanismos utilizados pelos escravos, estes cativos fugitivos organizavam comunidades estruturadas política e economicamente. Com isto, podemos ver que essas práticas de fuga de escravos que culminavam em constituição de quilombos, como a citada pelos moradores de Alto do Capim e também por esses autores aqui apresentados, eram recorrentes e não foi um fato específico da antiga Fazenda Passagem atual povoado Alto do Capim.

## **2.2 Fundação do povoado de Alto do Capim**

A história da comunidade quilombola de Alto do Capim tem muita semelhança com as diversas comunidades negras rurais, essas que ficaram esquecidas pela sociedade e no campo historiográfico. Os moradores do povoado são sujeitos carregados de história, foram privados por serem negros, deixando de ser ouvidos, e não tendo notoriedade. Tiveram maior visibilidade a partir do momento que os

---

<sup>70</sup> VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Quilombos em Matos Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 433-463.

moradores perceberam a sua importância e reconhecerem que eram diferenciados de outras povoações do município de Quixabeira, tendo como o grande destaque o período em que a comunidade passou a se conscientizar que eram comunidade quilombola.

Assim, os contos e narrativas sobre a história de Alto do Capim foram surgindo através da oralidade, é nesse sentido que Alessandro Portelli<sup>71</sup> afirma que: “Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançaram nova luz sobre áreas inexploradas das classes não hegemônicas.”. Dessa forma, segundo o relato de seu Nicanor de Sousa Lima, a comunidade tem início como fazenda no século XIX, e como povoado no ano de 1967. Assim, diante do que foi exposto no depoimento, percebo que a formação da comunidade se deu devido a mais uma de tantas fugas de escravizados/as, nas lutas incansáveis pela liberdade, ou pelo menos a tentativa de liberdade. Como a maioria da formação de quilombos, alguns desses ideários de fundação do povoado doaram, uma quantidade de terrenos para que as pessoas construíssem suas casas. Diante da narrativa apresentada, a formação inicial da comunidade se deu pela prática esportiva, que aos poucos foi aglomerando famílias e constituíram comunidade rural e quilombola do Alto do Capim, Quixabeira-BA.

### **2.3 O processo de reconhecimento**

Durante anos, Alto do Capim, em relatos dos moradores, foi tratado com indiferença. Moradores contam que sofreram e sofrem preconceito por serem negros, muitas vezes ouvem palavras que mencionam desprezo e preconceito. Essa perspectiva acerca do preconceito sofrido por negros e quilombolas não é novidade devido, como afirma Munanga<sup>72</sup>, em que o negro sempre foi reduzido, desumanizado e humilhado desde a sua chegada quando foram traficados do continente africano para serem escravizados.

O reflexo deste preconceito aparece também no que diz respeito ao próprio reconhecimento destas comunidades. Para os moradores, a comunidade já teve momentos de descaso total do poder público, ficavam de lado, esquecidos, só

---

<sup>71</sup>PORTELLI, idem, p. 31.

<sup>72</sup>MUNANGA, p. 73.

lembrados em período eleitoral. Segundo a moradora Lucila Moura Santos, 47 anos (representante da comunidade) foi através de conversas das pessoas que frequentavam o povoado que ela ouviu mencionar que eles poderiam ser reconhecidos como quilombolas:

Olha as pessoas quando vinham visitar a comunidade aqui, diziam que tínhamos algo de especial, que poderíamos ser todos descendentes de ex escravos, pois aqui existe muitos negros, como falei, aí foi prestando a atenção e ouvia isso constantemente. (Depoimento de Lucília Moura Santos, 47 anos, moradora e vereadora da comunidade, coletado em 17/05/2016).

Estas conversas passaram a ser mais frequentes, estudantes universitários, professores e representantes religiosos vinham realizar pesquisa no povoado, e sempre havia algo que não a deixava sossegada. No início dos anos 2000, buscou-se contatos com outras comunidades quilombolas da Bahia, uma das comunidades que ela menciona é a Comunidade Quilombola de Tijuaçu, no município de Senhor do Bonfim, onde fizeram parcerias com os representantes da mesma. Em seguida passaram pesquisar e buscar informações que pudesse lhe ajudar. As trocas de conhecimento entre as duas comunidades foram de grande importância, como eles procuram o conhecimento de localidades que já passaram por toda essa demanda, as experiências compartilhadas entre eles ajudam a buscar o que tanto almejam.

Os moradores que estavam em busca do processo de reconhecimento tiveram que travar luta árdua, foram incontáveis as viagens, a fim de buscar contato com a Fundação Cultural Palmares, ao conseguirem contatar, foram ouvidos, os profissionais da Fundação analisaram o que eles tinham a dizer em relação a seu povoado. Do ano 2000 a 2012, foi o período que seus habitantes passaram a ficar envolvidos com as questões que estavam acontecendo em seu povoado, nesse momento já tinham dado entrada em alguns pedidos e os processos, já bem encaminhados. Pelas ruas do pequeno povoado, andaram antropólogos a visitar as pessoas, coletando informações e analisando tudo que dava vestígios do passado daquela povoação.

Seguindo com a narrativa dos moradores sobre o processo de reconhecimento, para o Sr. Nicanor Sousa Lima, 65 anos, aposentado.

Primeiro a gente visitou uma comunidade de lá, Tijuaçu, é de Bonfim, Senhor do Bonfim, onde lá já é uma comunidade reconhecida de

quilombola, e o cara presidente dessa comunidade lá tem uma Associação, foi ele que veio aqui, e se reuniu com a gente e nos incentivou. Aí a gente deu continuidade no que ele falou para gente. (Depoimento do Sr. Nicanor Souza Lima, 65 anos, morador, coletado em 17/09/2016).

Nos depoimentos dos moradores locais usados durante a pesquisa, percebo as trocas de conhecimentos entre comunidades lhes proporcionaram o que eles não conheciam ou como prosseguir, sabendo como recorrer e onde ir buscar informações que iriam utilizar para fazerem as táticas para obterem a titulação.

Acerca dessas trocas Munanga<sup>73</sup> relata que de acordo com as tradições africanas, a atividade ritualística, é que engendra as demais atividades do grupo, a exemplo de música, dança, cânticos, recitações, coreografias, arte, artesanato, cozinha etc. Todas essas práticas, manifestações artísticas e culturais são importantes trocas entre as comunidades tradicionais, como também elas podem passar conhecimento de uma para outra. Segundo seus moradores, a luta não para por aí, agora aguardavam a chegada de um perito para fazer esse levantamento de que eles já fizeram por “si só”, pesquisando e levantando dados prévios do que eles tinham na comunidade. É o que menciona Rosângela de Jesus de Sousa, 29 anos moradora e professora:

O processo de reconhecimento ocorreu, como falei anteriormente, o levantamento de dados, dados históricos, com base nas descendências que ainda vive na comunidade, netos e bisnetos da senhora Nazara. Ai com base nesses dados e relatos do pessoal mais velhos, foi que foi chegando a esse processo de reconhecimento, e depois desse levantamento histórico e enviado para a Fundação Palmares e tomaram as providências legais e somos reconhecidos como quilombolas. (Depoimento de Rosângela de Jesus Souza, 29 anos, moradora e professora, coletado em 10/09/2016).

Afirmando o que os outros moradores disseram Genilson Pinto Lima, 38 anos, morador trabalhador rural e presidente da Associação dos Pequenos Produtores, ressalta que:

Ocorreu da seguinte forma: Nós começamos a levantar os pontos estratégicos da comunidade, o que aqui existia no passado, o que aqui realmente tinha e quais são as pessoas que começaram a fundar a comunidade. É partindo desse ponto, começamos a levantar

---

<sup>73</sup>MUNANGA, p. 128.

a história da comunidade, na comunidade até hoje nós temos como marca dos negros cacimba, um dos negros e outra dos índios. É a partir desse processo nós começamos a levantar a história, fizemos um levantamento geral e chegamos até esse ponto do reconhecimento de comunidade de quilombolas, que é um dos pontos fundamentais que nos dá o título, levamos essas informações até a Fundação Cultural Palmares, e aguardamos ansiosos pelos resultados, mais tínhamos em nossa consciência que somos todos descendentes de negros, como há relatos por aí, que foram escravos. (Depoimento de Genilson Pinto Lima, 38 anos, trabalhador rural e presidente da Associação dos Pequenos Produtores, coletado em 10/09/2016).

O uso dos contos dos mais velhos da comunidade foi bastante explorado na busca de suas raízes, ouviram e vieram à tona que eles já imaginavam. Segundo a História Oral, é nas lembranças das pessoas de comunidades tradicionais que o pesquisador, sabendo utilizar o depoimento, irá retirar uma contribuição de grande valia para entender como era o passado e compreender o presente e ao juntar os depoimentos dos moradores locais, perceberá o que tem em comum.

Em meados dos anos 2000, foi que a população buscou informações a respeito do que é ser quilombola e como era uma comunidade de remanescente. Foi no ano de 2004 que começaram a reivindicar a sua condição como remanescentes de quilombo, o processo de luta deu continuidade, tendo em vista que na constituição brasileira é dado o direito de reconhecimento, como pode ser visto no artigo 68 ADCT-1988 “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a prioridade definitiva, devendo o governo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”<sup>74</sup>, assim, as pessoas da localidade que mais se interessavam no assunto iam à frente e procuravam se informar e saber cada vez mais. Procuravam entrar em contato com outras comunidades que já tinham passado por essa experiência, buscaram informações. Uma das comunidades que mantiveram contato foi Tijuaçú, no município de Senhor do Bonfim, trocaram conhecimentos. Os principais líderes foram até a Fundação Cultural Palmares a fim de adquirirem meios de como conseguir a sua titulação.

Assim, prosseguiram uma jornada, hora indo de Brasília e a Salvador, uma luta constante, não desistiram, seus ânimos não se abalaram, acreditavam muito na sua titulação de quilombola, pensavam que a conquista não tardava e que a cada

---

<sup>74</sup>BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

dia se tornava mais próxima. Para Eliane Dwyer<sup>75</sup>, no contexto da elaboração dos relatórios de identificação, cumpre ainda destacar que a questão de garantir direitos territoriais passa a ser considerada estratégia para assegurar a existência social e cultural desses grupos que reivindicam a aplicação do artigo 68, do ADCT.<sup>76</sup>

Para a efetivação definitiva da titulação de quilombola, como é recorrente em processos anteriores, é de procedência fazer o levantamento dos dados por antropólogos com vínculo da Fundação Cultural Palmares. Assim que aconteceu a visita do antropólogo no povoado de Alto do Capim, foram analisadas as evidências, levantados os dados necessários para procedimentos de reconhecimento. Vejamos o depoimento de um morador sobre esta visita:

Quando o moço (antropólogo) para nos visitar ele procurou sobre tudo quem morava aqui, nossos pais, de onde vieram, depois perguntou o que a gente fazia quis saber das nossas roças, o que nos plantava e se fazia festas. Depois foi ele foi conversar com dona Maria Madalena, umas das mais velhas da comunidade, e seus irmãos, todos eles são parentes dos primeiros moradores, me perguntou de muita coisa, algumas sabia responder e outras não, não tenho leitura. (Depoimento do Sr. Nicanor Souza Lima, 65 anos, morador, coletado em 17/09/2016).

Para Dwyer<sup>77</sup>, a participação dos antropólogos nesse processo, por meio de elaboração dos relatórios de identificação, deu-se numa conjuntura de pressão do Movimento Negro, com a criação de mecanismo de representação como Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CNACNRQ, que passam a exigir dos órgãos governamentais aplicação do procedimento constitucional. Os debates foram travados inclusive na esfera Legislativa, com a formulação de projetos de Lei visando regulamentar a aplicação do artigo. Agências governamentais como a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura e o INCRA, criaram suas próprias diretrizes e procedimentos para o reconhecimento territorial das chamadas comunidades rurais quilombolas.

Ocorreu da seguinte forma, nós começamos a levantar os pontos estratégicos da comunidade, o que aqui existia no passado, o que aqui realmente tinha e quais são as pessoas que começaram a fundar a comunidade. É partindo desse ponto começamos levantar a

---

<sup>75</sup> DWYER, Eliane Catarino O. *Quilombos, Identidade étnica e territorialidade*. Organizadora – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

<sup>76</sup> Idem, p. 20.

<sup>77</sup> Idem, p. 18.

história da comunidade, na comunidade até hoje nós temos como marca dos negros uma cacimba dos índios e uma dos negros. É a partir desse processo nós começamos a levantar a história, fizemos um levantamento geral e chegamos até esse ponto do reconhecimento quilombola, que é um dos processos que nos deu esse reconhecimento, ter essa história da comunidade e levar até a Fundação Cultural Palmares. (Depoimento de Lucila Moura Santos, 47 anos, moradora e vereadora do povoado, coletado em 17/09/2016).

É importante destacar que para efetivação de uma comunidade quilombola o procedimento de reconhecimento das comunidades feito pela Fundação Cultural Palmares - FCP, é através dessa expedição de certidão de auto definição, identificando-as como remanescentes de quilombo e a preparando para receber políticas públicas destinadas as minorias.

Em agosto de 2012 Alto do Capim consegue a sua titulação de comunidade quilombola, motivo de festa para o povo, que soube comemorar com muito samba e cantiga de roda. Os jornais locais noticiaram que o povoado de Alto do Capim no município de Quixabeira recebeu a titulação de quilombola, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, uma conquista pouco comum para a região. Esse acontecimento serviu para dar maior importância para o povoado e seus moradores, em alguns dias o Diário Oficial da União – DOU publicou o feito de reconhecimento do povoado de Alto do Capim como remanescente de quilombo. Assim, com novos ânimos, os habitantes começam a se organizar, as associações que antes já existiam, mas que agora em condições novas se reorganizam, hoje existe a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Quilombolas de Alto do Capim, para juntos fortalecerem seus objetivos e terem mais conquistas.

Recém-titulada, a comunidade espera pelas boas novas. Em conversa com os moradores e representantes da comunidade, eles contam que já há sinal de mudanças, nas escolas começam a discutir a respeito do que é ser quilombola, como também procuram investir em projetos que melhorem a autoestima e valorização da cultura local, existem palestras para os mais jovens conscientizando o quanto é importante a sua cultura, para manter a tradição dos mais velhos viva e que todos se conscientizem disso. Da data da titulação aos dias atuais, a população ainda está aguardando os técnicos do INCRA, para fazerem o levantamento do território da área que vai pertencer à comunidade, como também conceder a titulação do INCRA, que será a definitiva.

### CAPÍTULO III

#### ALTO DO CAPIM APÓS O RECONHECIMENTO

Depois do auto reconhecimento o povoado ganhou novo ânimo, após a notícia do reconhecimento houve grande agitação popular em todo o povoado, as pessoas festejam com o que eles tinham de afirmação afro, foi acompanhado de muito samba e cantigas de roda, os fogos estouravam no céu anunciando mais nova conquista daquele povo. Nos noticiários local estampavam em letreiro grande, que o povoado de Alto do Capim, no município de Quixabeira Ba foi reconhecido como comunidade quilombola, nessa época foi fato inédito para a região, a primeira comunidade tradicional reconhecida na região, as notícias circulavam em vários meios de comunicação do jornal escrito a site da internet, no diário oficial foi publicado no dia 28 de novembro de 2007, como também a certificação pela Fundação Cultural Palmares, certifica que a comunidade de Alto do Capim localizada no município de Quixabeira-Ba registrada no livro de cadastro geral nº 013, registro nº1.564 folha 180, nos termos do Decreto da FCP nº98, de 26 de novembro de 2007, publicada no diário oficial de 2007, seção,1 folha 29, se auto define como remanescentes de Quilombo.

Para alguns moradores as mudanças já são visíveis, seja na saúde, educação e na cultura, muitas afirmam que as práticas culturais estão sendo mais incentivadas, e também existe um parceria prefeitura e secretaria de educação e cultura e assistência social, implantando projetos para oficinas de violão, destinada para os jovens da comunidade a aprenderem a tocar viola juntos com os grupos de samba e de cantigas de roda, oficinas de dança afro-brasileira com o intuito de fortalecer as apresentações local e regional eventos culturais e nas escolas, trabalho com projetos procura levantar a auto estimas dos moradores, incentivando os jovens a participarem da elaboração das apresentações das manifestações culturais do povoado. Houve um aparelhamento nos instrumentos dos grupos de músicas usadas como vila, pandeiros, roupas para os grupos de samba e de roda, existe palestras constante para os jovens e toda a comunidade que esteja afim, para

que eles aprendam a valorizar e participar das tradições que existe no povoado, mantendo as vivas e resgatando o passado dos seus ancestrais.

Teve várias mudanças mais ainda falta muito mais, para a gente alcançar mais, por exemplo, é o recurso da merenda escolar melhorou, há a formação de jovens, a gente criou alguns projetos voltado para a redução da conta de energia, e de água, aumentou significativamente a quantidade de familiares que são beneficiadas com o benefício do bolsa família, há também a eletrificação da zona rural em quase todas as áreas da comunidade, construímos muitas cisternas em convenio com o governo Federal, e através da Associação.

Então, de um tempo para cá, muita coisa mudou na nossa comunidade, o recurso da saúde que começamos a receber, onde passou a ter mais atenção nessa área, há transportes escolar para transportar os alunos até a sede do município, assim como a população em geral, que passaram a se aceitar mais e ficaram atentos as suas condições como remanescentes de quilombolas, levantaram a auto estima.

Logo após o reconhecimento e as melhorias, as pessoas que antes não entendiam o que é ser negro e quilombola, passaram a aceitar e falar abertamente que são negros e que tem orgulho, e não se importando tanto com os comentários triste e preconceituosos, estão encorajados a lutarem e reivindicarem os seus direitos.

O povoado em sim, passou a ser mais valorizado, já que se trabalha tanto com as questões que se diz respeito a comunidade negra, e veio a encaixar com a situação e valorização do ser negro, quem em muitos segmentos da sociedade a cultura negra está em alta, sendo muito mostrado em programas de televisão o empedramento da população negra. O povoado passou a ser visto com outro olhar, está sendo valorizado como os demais do município, se voltou muito para a cultura local, já existiu a comemoração da consciência negra que é comemorado e um decreto de feriado municipal, haja vista que dentro do perímetro do município existe uma comunidade negra auto reconhecida como quilombola.

Na educação, após o reconhecimento, viu se a necessidade de trabalhar no currículo escolar a questão negra e sua importância para o Brasil e para localidade,

trouxeram a cultura popular para ser debatida dentro da sala de aula, como também houve ênfase nos costumes e enfatizam o valor de ser negro e que eles são partes importantes para o seu povoado e seu município e que agora, a partir do reconhecimento de quilombo eles terão mais destaques, pois são uma comunidade que requer mais atenção, sua luta e afirmação é garantida pela Constituição Federal brasileira, como povo centenários e que ajudaram a construir o nosso país.

Nos depoimentos dos moradores, eles apontam mudanças e acreditam que estão por vir ainda mais, estamos esperando ansiosamente pela chegada dos técnicos do INCRA, já faz algum tempo que estamos esperando, marcaram umas duas vezes, só que agora eles estão dizendo que vem, com a chegada dos técnicos, eles vão fazerem o levantamento e reconhecimento do território quilombola, reconhecendo as terras e delimitando a área, todas as famílias terão a ADAB quilombola, que assegura mais benefícios para os produtores rurais, existindo mais garantia, seguro safra, direito a sementes para o plantio, as terras serão asseguradas como terras quilombolas. Nos últimos dias, já vem tendo essas influências, a maioria das casas já possuem energia elétrica, cisternas com capacidade de 5.0000 litros, sendo possível ter água para beber e dá aos animais, construíram muito barreiros para apurar água da chuva, e passar um bom tempo despreocupado com água, para suas pequenas plantações de leiras de batata, aipim, cebola, coentro e alface

Como moradia, há uma quantidade de casas que foram construída e entregue a população, como também houve as reformas de algumas, na cultura estão tendo incentivo da prefeitura, essa que os incentivam com apoio nas apresentações locais, os grupos da cultura local já recebem convites para apresentações em várias cidades da vizinhança, é comum receberem convites para se apresentarem em faculdades e escolas, isso é o destaque que recebem por serem de uma comunidade quilombola, uma forma de mostrarem a sua cultura e que existem.

A religiosidade e a música africana, compuseram o cenário de resistência cultural africana conforme foram se organizando as novas identidades.  
(SOUSA, Laura, 2012, p.74)

O período junino é o que mais demonstrou mudanças significativas, para a cultura veio mais incentivo Federal, onde eles puderam da maior estrutura para a

maior e a mais esperada manifestação cultural, o São João de Alto do Capim, cresceu e se organizou, atraindo grande quantidade de pessoas, nesse período o retorno de pessoas que aqui moravam é intenso, como também recebem o público das cidades da região. Essas mudanças são graças aos incentivos do ministério da cultura e prefeitura que repassam uma quantia diferenciada para o povoado que é remanescente de quilombola. Os festejos duram de dois a três dias, com muita apresentação da cultura local no circuito da festa, como samba, cantigas de roda, violeiros e muito forró até o dia amanhecer. Esse prestígio, o fruto do pós reconhecimento, pois se organizaram e buscaram muito para que isso se tornasse possível.

### **3.1 A visão dos moradores sobre seu povoado**

O povoado de Alto do Capim para os seus moradores é visto como uma comunidade simples e pobre, porém, acolhedora e festiva. Seu lugar no município de Quixabeira ganha representatividade, se destacando com o diferencial os costumes, cultura, e nos festejos juninos, confirma a fala dos moradores, o São João é bastante animado, durante até três dias, traz de volta antigos moradores e pessoas das cidades vizinhas. Além de ter uma significativa expressão cultural, demonstrando os traços da cultura afro-brasileira, isso é o que faz ter grande movimentação em relação aos demais povoados do município de Quixabeira e se destacando na região, devido suas manifestações culturais.

As mudanças que aconteceram depois do reconhecimento são bem visíveis, a comunidade passou a ter notoriedade, ganhando mais qualidade de vida e bem esta e lazer, as ruas foram calçadas, construíram um conjunto habitacional, uma quadra de esportes. As escolas ganharam recuperação e tendo destaque em repasse das verbas da merenda escolar, que beneficia a agricultura familiar através das compras dos produtos locais na merenda, assim seu valor como comunidade de remanescentes quilombola ganhou destaque no município, tendo como foco as suas manifestações culturais.

### 3.2 Agricultura em Alto do Capim

Hoje, Alto do Capim é um dos principais povoados do município de Quixabeira, sua população segundo o IBGE de 2010, mostra que a estimativa de habitantes em torno de 1700 habitantes, com bastante jovens, é considerado um povoado populoso, a maioria das pessoas vivem da agricultura familiar, muitos possuem pequenas quantidades de terras, popularmente conhecidas como tarefas, é nelas que as famílias plantam e colhem o feijão, milho e mandioca, criam animais de pequeno porte para o seu sustento. Quando o ano é chuvoso colhem muito, a produção excedente é vendida nas feiras livres, muitos dizem que até vendem por preços bem mais baixos que o mercado, pois acham que não valorizam o seu trabalho e nem a produção local, quando é para comprar, compram por preços bem mais altos, e precisam dos mantimentos para alimentar as famílias e lidar com os animais.

Ultimamente tiveram incentivos do Governo Federal, puderam recuperar as perdas da safra, e como também ganharam incentivos para a criação de pequenos animais (galinhas, cabras e ovelhas), foram capacitados com palestras e cursos para aprenderem a viver com a seca, como também aprenderam a estocar alimentos, fazendo o feno e o silo para alimentar os animais em período escasso de pastagens, atingidos pela seca. Foram concedidos empréstimos para poderem comprar sementes e investir na criação de animais de corte.

Pelo INCRA, foram concedidos certificados da DAP (Documento de Aptidão ao PRONAF) Quilombola, que irá facilitar em muito a vida desses homens e mulheres do campo, construíram diversas cisternas, açudes e barreiros, possibilitando o armazenamento da água, que torna a busca pela água menos cansativa, foi feita a eletrificação rural, permitindo o acesso à tecnologia em suas casas, tendo um mínimo de conforto possível, foi feito o reconhecimento do território quilombola, podendo assim garantir os direitos desses povos as suas terras, e assim também poderem usufruir de benefícios que são de direito de comunidades quilombolas por todo o país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou a história da comunidade quilombola de Alto do Capim, perpassando pelo de reconhecimento quilombola dos anos de 2000 a 2012.

Ao aprofundar nas narrativas dos mais velhos e constatando com os documentos de compra e venda das terras, há evidências que os antecedentes do atual povoado estiveram presentes na localidade ainda quando era fazenda, no início do século XIX. Como contam os mais velhos, que a escrava Nazara chegou à fazenda fugindo, veio da região de Feira de Santana, na atual cidade de Serra Preta, Chegou acompanhado da filha Leonarda, casada com Inácio. Trabalharam na fazenda por muito tempo e por prestarem serviço a seu dono ganharam um pedaço de terra, Leonarda teve muitos filhos, uma de suas filhas casa-se com um dos filhos do dono da fazenda e tiveram dezessete filhos.

Segundo os documentos analisados e dos depoimentos dos moradores locais, as terras onde é hoje o povoado, pertenceram aos senhores Januário e Basílio, quando uma das filhas de Leonarda casa-se com um dos filhos de Basílio, tornou mais forte vínculo dos descendentes de Nazara com a terra. Em outras análises, mostram que exatamente onde construíram a primeira casa do povoado era uma parte do terreno que os antigos donos doaram para a escrava Nazara. Já em outro depoimento há relatos que mencionam que essa casa estava no terreno que foi de Leonarda.

Analisando a escritura das terras, nota-se que a Fazenda Passagem era uma das partes da fazenda que pertencia a Francisco Félix Valois Coutinho e Afonso da Mota, uma extensão das terras que iam da região de Jacobina a Serrolândia, na época.

Na aprovação da ADCT, é considerada uma vitória para as comunidades negras de todo o país, no entanto só aconteceu devido a pressão do Movimento Negro que em vias de ser aprovado, intensificou o debate nas grandes capitais do Brasil. Muitas comunidades que até então estavam invisíveis para o Estado passaram a ter visibilidade. É nesse contexto que aparece Alto do Capim, que por muito tempo sua notoriedade foi despercebida e negada, Alto do Capim foi por muito tempo esquecido pelos poderes públicos.

É através dessas vivências, que moradores procuraram entender a sua comunidade e questões que os atingiam, foi através de contatos com outras comunidades quilombolas que já tinham vivenciado questões parecidas, como o auto reconhecimento. Assim, passaram a buscar informações que iriam ajudá-los na vindoura certificação. Os moradores passaram a buscar seu auto reconhecimento, através de cartas enviadas a Fundação Cultural Palmares ou até mesmo indo até aos órgãos responsáveis, com a representação de líderes da comunidade, assim, conseguem a certificação de remanescentes de quilombolas.

Durante o processo de auto reconhecimento de comunidade quilombola, que durou entre os anos de 2000 a 2012, nesse período a comunidade viu a movimentação acontecer em torno de seu auto reconhecimento. Foi no ano de 2012 que se deu oficialmente o título de comunidade quilombola, agora reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, essa data é um marco histórico para Alto do Capim, dando início as novas oportunidades para essa população que lutou por seus ideais. Foi através do reconhecimento, que a população percebeu que a partir desse ano passou a ter mais valorização, das suas tradições culturais, contribuindo assim para uma revitalização dos costumes do povo altocapiense. Após a entrega da titulação de comunidade quilombola, o povoado firmou alguns convênios com instituições das esferas Estadual e Federal, a fim de fortalecer as associações existentes no povoado e incentivar a cultura local.

São notórias as mudanças que passaram a ocorrer na comunidade. Alto do Capim é uma localidade marcada por tradições culturais vindas de seus antepassados como o reisado, cantiga de roda, samba chula e o adjutório. Após o reconhecimento, grande parte das pessoas se reconhecem como negros ou como descendentes de ex escravos. Contudo, ainda falta muito a ser feito pela comunidade, principalmente pelo poder público em todas as esferas.

Portanto, a contribuição dessa pesquisa para a população local e também historiográfica é ter um maior conhecimento da história da região, como também da fundação do povoado e seguindo até o processo de auto reconhecimento de comunidade quilombola, haja vista que muitas pessoas não sabem do contexto histórico da região e do Alto do Capim e se perguntam o porque do auto reconhecimento como comunidade quilombola.

## FONTES

CÓPIA Certidão de autodefinição.

CÓPIA Registro de Imóveis, 1954.

CÓPIA Transmissão de Propriedade, 1877-1878.

CÓPIA Estatuto da Primeira Associação de Alto do Capim, 1986.

CÓPIA de Ata de Associação os Pequenos Produtores Quilombolas de Alto do Capim BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Planalto. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. Decreto Presidencial nº 4.887. Planalto. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Durval Vieira de. *Província da Bahia*. 1. Ed. Salvador; Editora Catedra, Mec, 1988.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral - 4ª ed.*- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AMORIN, Gisella; PEREIRA, Mateus; PORTO, Amélia. *Quilombolas e quilombos: histórias do povo brasileiro*. Belo Horizonte: Rona, 2012.

ARRUTI, José Maurício Paiva Antunes. *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru – SP. Edusc, 2006.

BOSSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, José Jorge de; DORIA, Siglia Zambrotti; JR., Adolfo Neves de Oliveira. *O quilombo do Rio das Rãs: Histórias, Tradições, Lutas*. Salvador: EDUFBA, 1995.

CRUZ, Jakeline Silva da. *A trajetória da comunidade quilombola de Coqueiros e memória*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado da Bahia. Jacobina, Bahia.

DWYER, Eliane Catarino O. *Quilombos, Identidade étnica e territorialidade*. Organizadora – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FIBIANI, Adelmir. *Novos Quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)*. 1º Edição. Palmas: Nagô Editora, 2015.

FILHO, Luis Viana. *O negro na Bahia - Um ensaio Clássico sobre a escravidão*. Salvador: EDUFBA: Fundação Gregório de Matos, 2008.

FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas. SP: Editora da Unicap, 2006.

FRANÇOIS, Etienne. *A fecundidade da história oral*. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV. 2002. P. 3-14.

FUNES, Euripedes. “NASCI NAS MATAS, NUNCA TIVE SENHOR” *Histórias e memórias dos mocambos do Baixo Amazonas*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio José dos Santos. *A Hidra e os pântanos: Mocambos, quilombos, e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVIII-XIX)*. São Paulo: ed. Polis 2005.

\_\_\_\_\_. *De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social*. 1º ed.- São Paulo: Claro Enigma, 2011.

\_\_\_\_\_. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 263-290

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Mineração, quilombos e Palmares – Minas Gerais do século XVIII*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 139-163.

KARASCH, Mary. *Os quilombos do ouro na capitania de Goiás*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 240-262.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP 1990.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilo de pesquisa na história oral contemporânea. In: M. Ferreira; J. Amado. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV. 2002. P. 15-26.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e Cultura afro-brasileira*. 2.ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

MATOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. Tradução James Amado- São Paulo: brasiliense, 2003.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. *Vestígios Recuperados: Experiências da Comunidade negra rural de Tijucaçu- BA*. São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. Carmélia Aparecida Silva. *A vida de Santo Antônio de Jacobina no século XVIII: Vivências e controle do poder*. Texto inédito. 2014.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. Editora Ática. São Paulo: 1992.

\_\_\_\_\_. *Quilombos resistência ao escravismo*. Editora Ática. São Paulo: 1993.

MUNANGA, Kabengele. *Os Basanga Shana: Grupo Étnico do Zaire*. Col. Antropologia. Revista USP, 1986.

\_\_\_\_\_. Kebengele. *Negritude, Usos e sentidos*. 2 ed. Editora Ática S.A - Rua Barão de Iguape. São Paulo. 1988.

REIS, João e GOMES, Santos Flávio. Uma história de liberdade. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 263-290

\_\_\_\_\_. *Memórias, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2 n° 3 1939. p. 3-15.

POLLAK, Michel. *Memórias e identidade social*. Estudos Histórias vol. 2, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. Projeto História. São Paulo, 1997.

PRICE, Richard. *Reinventando a história dos quilombos: Rasuras e confabulações*. Revista Afro-Ásia, núm. 23, 1999. P. 2-26.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 332-372.

SANTANA, Ailton de Araújo. LIMA, Crizalva Pereira . *Desafio Territorial do Alto do Capim: Quixabeira- BA: Auto reconhecimento, Identidade e titulação*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado da Bahia. Jacobina, Bahia.

SCHWEITZER, Alberti. *Entre as águas e a selva: Narrativas e reflexões de um médico nas selvas da África*. Tradução, José Geraldo Vieira. Editora UNESP. 1. ed. 2010.

SILVA, Eduardo. REIS, José. *NEGOCIAÇÃO E CONFLITO: A resistência Negra no Brasil Escravista*. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, René Marc da Costa. *Identidade, Territorialidade e Futuro das Comunidades Rurais Negras do Brasil*. Brasília a. 43 n. 170 abr./jun. 2006. P. 143-158.

SOUZA, Laura Oliveira de. *Quilombos: Identidade e história*. 1. Ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História Oral. Rio de Janeiro. Paz e Terra 1993.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina ( Bahia) no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2009.

VOGT, Carlos. FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Quilombos em Matos Grosso: resistência negra em área de fronteira*. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 433-463.

## ANEXO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS IV/JACOBINA  
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA  
DISCIPLINA: PESQUISA II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### 1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do participante:

\_\_\_\_\_

Documento de Identidade n: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Telefone ( )

\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP:

\_\_\_\_\_

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário da pesquisa de TCC: Memórias quilombolas: A luta pelo autoreconhecimento da comunidade quilombola de Alto do Capim, Quixabeira- Ba. Apresento as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte da pesquisa, assine ao final de documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do responsável.

#### 2 INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

**2.1 TÍTULO:** Memórias quilombolas: A luta pelo autoreconhecimento da comunidade quilombola de Alto do Capim, Quixabeira- Ba.

#### 2.2 OBJETIVOS GERAL

- Analisar as estratégias utilizadas pela comunidade no processo de reconhecimento como remanescentes de quilombola.

#### 2.3 ESPECÍFICOS

- Analisar o processo de legalização da comunidade como remanescentes de quilombolas;
- Analisar os elementos que constituem a identidade da comunidade como quilombola;
- Compreender como os habitantes locais se articularam na busca do título de comunidade quilombola;

**2.4 ESPAÇO:** Comunidade quilombola de Alto do Capim.

**2.5 SUJEITOS:** Moradores da comunidade em Geral.

### **3 FASES DA PESQUISA:**

**3.1 Fase I.** A pesquisa tem como o objetivo reconhecer o passado dos antigos moradores de Alto do Capim, assim como poderá proporcionar conhecimento que os moradores desconheciam sendo possíveis através das entrevistas realizadas com os mais velhos, observando o que eles têm a contar para a comunidade.

**3.2 Fase II.** Levantamentos e conclusões da fase anterior, onde mostrarei o resultado da pesquisa e mostrarei como foi que aconteceu o processo da povoação, dos primeiros moradores, ao processo de reconhecimento como quilombola.

### **4 ESPECIFICAÇÃO DOS RISCOS, PREJUÍZOS, DESCONFORTOS, LESÕES QUE PODEM SER PROVOCADOS PELA PESQUISA:**

A pesquisa prevê possíveis riscos aos participantes, uma vez que será realizada entrevistas dos mais velhos da comunidade de Alto Capim Quixabeira-Ba, estas ações poderão despertar sentimentos como lembranças de situações dolorosas e desagradável. A publicação do conteúdo das entrevistas será feita com a autorização dos participantes.

### **5 DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DESCORRENTES DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:**

- Possíveis percepções sobre a vida dos primeiros moradores de Alto do Capim;
- Zelar pelo conhecimento da cultura local e sua manutenção;
- Contribuir como o conhecimento do que é ser povo quilombolas;
- Compreender qual a importância do negro na Bahia e no local;

## 6 ESCLARECIMENTO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

- A atual pesquisa será desenvolvida no período que durar a construção do TCC;
- Não haverá gratificação aos participantes;
- O pesquisador se deslocará até o local da pesquisa, afim de evitar desgaste e irritação nos entrevistados;
- O participante poderá a qualquer momento retirar o seu consentimento dado para a efetivação da pesquisa.

## 6 ENDEREÇO E CONTATO DO PESQUISADOR

Jiomarques Moreira Barbosa (Graduando responsável pela pesquisa).

Praça dos Inês, s/n, Centro, Quixabeira – Ba. CEP: 44713-000 Tel: (74) 981449707

Prof<sup>a</sup>. Mr<sup>a</sup>. Cinthia Nolácio de Almeida Maia (Orientadora da pesquisa de Graduação)

## 7 CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador, sobre os objetivos, benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “Memórias quilombolas: A luta pelo autoreconhecimento da comunidade quilombola de Alto do Capim Quixabeira-Ba” e ter entendido que foi me explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário (a) consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos.

Jacobina - BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

---

Sujeito da pesquisa

---

CINTHIA NOLÁCIO DE ALMEIDA MAIA